

A teoria do Estado rentista e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia

The theory of the rentier state and the revolutions of the Arab Spring: a look at Libya

Manoela Azevedo Moraes
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP
Faculdade de Ciências Sociais – Bacharelado em Relações Internacionais
{manoelaa_moraes@hotmail.com}

Resumo. O texto trata do conceito de Estado rentista criado nos anos 1980, que busca explicar a peculiaridade da economia dos países produtores de petróleo da região do Golfo Pérsico. Além disso, faz-se uma análise das revoltas da Primavera Árabe de 2011, buscando entender o motivo da erupção dessas revoltas e como elas podem ser relacionadas com as economias rentistas do Oriente Médio. No contexto das revoltas, há um enfoque mais detalhado na Líbia, apresentando questões históricas, políticas e econômicas do país, a partir da ascensão do coronel Muammar Kadafi ao poder, em 1969, até o início de 2013. São apresentados alguns dos aspectos das revoltas líbias, que foram influenciadas pelo rentismo e resultaram no linchamento e morte do ditador em 2011.

Palavras-chave: primavera árabe, rentismo, Líbia, revoluções, petróleo.

Abstract. *The text reports the concept of rentier state created in the 1980s, which seeks to explain the peculiarities of the economies of oil-producing countries in the Persian Gulf region. In addition, it analysis the revolts of the Arab Spring in 2011, seeking to understand the reasons for these riots and how they can be related to the rentier economies in the Middle East. In the context of the riots, there is a more detailed approach in Libya, presenting historical, political and economic characteristics of the country, since the rise of Colonel Muammar Gaddafi to power in 1969, up to the beginning of 2013. Also, it presents some aspects of the Libyan revolts, which were influenced by the rentier concept and resulted in the lynching and death of the dictator in 2011.*

Keywords: *arab spring, rentier state, Libya, revolutions, oil.*

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento
Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

"O nacionalismo no mundo dos homens e o instinto de grupo no mundo animal funcionam como a lei da gravidade no mundo mineral. Se, por um acaso, a massa solar se desagregasse a ponto de perder a sua gravidade, gases explodiriam em todas as direções e a unidade do Sol deixaria de existir. A unidade é, portanto, a base da sua sobrevivência." (Muamar Kadafi, *The Green Book*). As revoltas da Primavera Árabe enfraqueceram o nacionalismo do líder Kadafi, resultando na queda do regime. Para que se compreenda o caminho percorrido até a possibilidade de mudança política no país, é importante observar a posição da Líbia no mundo árabe, sua história e economia características.

Sob esse ponto de vista, o presente estudo tem como objetivos: i) analisar o conceito de Estado rentista e apresentá-lo sob diferentes interpretações e variáveis; ii) analisar os desdobramentos das revoluções da Primavera Árabe e iii) analisar as revoluções de 2011 na Líbia, no contexto do rentismo, até o primeiro semestre de 2013. A proposta metodológica do estudo consiste em um debate teórico sobre a evolução do conceito de Estado rentista, ao longo das últimas décadas e contextualizá-lo com as revoluções da Primavera Árabe na Líbia, iniciadas em 2011.

Histórico do petróleo na região

A formação dos Estados-Nações no Oriente Médio teve início no período entre 1918 e 1926, por meio de demarcação colonial realizada pelos britânicos e franceses no sistema de mandados da Liga das Nações, após a desintegração do império otomano e, com alguns países independentes como Arábia Saudita e República Árabe do Iêmen. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi crucial para a conclusão do processo de neocolonialismo que teve início no século XIX. Após a derrota dos otomanos, os franceses e britânicos demarcaram os territórios do Iraque, Líbano, Síria e da Palestina (HALLIDAY, 2007).

Essa demarcação foi essencial para configuração das estruturas políticas e econômicas em que foram criadas as nações modernas da região, com a heterogeneidade de povos, diversas condições geográficas e a preexistência de mitos e ideologias (HALLIDAY, 2007). Ao longo do século XX, grande parte desses territórios passou a ser governada por regimes autoritários, sob o consentimento e interesse europeu.

A partir da segunda metade do século XX, muitos países árabes começaram a obter suas rendas a partir da extração do petróleo. A relação dos países do Golfo Pérsico com o petróleo tornou-se mais intensa quando os países passaram a controlar a sua produção de forma independente, nacionalizando suas petroleiras. Depois do Primeiro Choque do Petróleo em 1973, os países produtores foram capazes de estabelecer um preço para este produto com base em seus custos reais e com isso puderam modernizar suas indústrias petrolíferas (OWEN, 2008).

O petróleo foi descoberto pela primeira vez na região do Oriente Médio em 1906, no Irã, e foi encontrado próximo ao Golfo Pérsico em 1931. Em 1960, os pequenos estados do Golfo estavam produzindo 15% do petróleo do mundo (OWEN, 2008). Segundo os dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)*, em 1960 cinco países produtores de petróleo criaram uma organização para coordenar suas políticas. Os primeiros membros da OPEP foram Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. (*Disponível em <http://www.opec.org>).

Apenas na segunda metade do século XX o petróleo passou a ser uma renda importante para estes países, pois o mundo desenvolvido tornou-se cada vez mais dependente de um número limitado de países produtores de petróleo. Dessa forma, o

conceito de Estado rentista ganhou interesse renovado com o advento da era do petróleo e com o surgimento dos novos Estados Árabes produtores (BEBLAWI, 1987).

A criação do Gulf Cooperation Council (GCC) em 1981, formado por Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã aponta para a relevância econômica desses países no cenário internacional em conjunto com as peculiaridades políticas desses regimes. Tal relevância incentivou muitos estudiosos a criarem uma nova linha teórica de pesquisa, voltada somente para esses países, com a teoria do Estado rentista¹. Tal teoria busca entender o funcionamento político desses países baseado num contrato social implícito entre as elites, que possuem uma grande renda proveniente da exportação do petróleo, fazendo com que isso altere o padrão do pacto político existente na maioria dos outros países do sistema internacional (NASSER, 2011).

Análise clássica do conceito de Estado Rentista

Muitos estudiosos buscaram definir o conceito de Estado rentista. O primeiro autor a propor este conceito foi Mahdavy (1970) na década de 1970 para compreender a dinastia Pahlevi no Irã. O autor define o conceito como:

Países que recebem, de maneira regular, montantes substanciais de renda externa, que são aquelas pagas por indivíduos estrangeiros ou governos de um outro país (MAHDAVY, 1970, tradução livre).

O conceito gira em torno de uma renda que é independente do trabalho e que representa, na totalidade ou uma parte, as receitas do Estado. Para a maioria dos países essa renda vem da extração de petróleo e/ou gás, e estes são os casos tratados neste estudo (MAHDAVY, 1970).

No entanto, apesar da importância do conceito de Mahdavy, os principais autores que desenvolveram o conceito e o aplicaram a uma ampla gama de países, principalmente na região do Golfo Pérsico, foram Beblawi (1987) e Luciani (1990).

Em uma economia rentista, os custos de extração de petróleo e gás são relativamente baixos, quando comparados com o lucro gerado, podendo ser considerado um *free gift of nature*, uma dádiva da natureza. (BEBLAWI, 1987, tradução livre).

Um Estado rentista tem quatro características essenciais: a) a renda pode não ser o único tipo de renda na economia, mas deve ser predominante; b) a origem dessa renda deve ser externa; c) o Estado deve ser o receptor dessa renda e d) uma minoria da população deve ser envolvida na geração da renda, enquanto a maioria está envolvida apenas na distribuição ou utilização da mesma (BEBLAWI, 1987).

O papel do Estado nas economias baseadas no petróleo pode variar em relação aos Estados não-rentistas. De acordo com Luciani (1990) é necessária uma diferenciação entre Estados predominantemente "alocadores" e "produtores", dependendo das funções do mesmo. Um Estado alocador tem como principal função a redistribuição de recursos e pode ser definido como aqueles cujas receitas provêm principalmente do petróleo (acima de 40% do total das receitas) ou outras fontes externas, e cujas despesas representam uma significativa parcela do PIB. Um Estado rentista, inevitavelmente, acaba desempenhando o papel de distribuir internamente a renda que recebe do resto do mundo. (LUCIANI, 1990)

Em um Estado baseado na alocação de recursos, o crescimento da economia doméstica é um dos vários "luxos" que o Estado pode comprar com a sua receita do petróleo. Segundo o autor, todos os Estados visam exercer uma função distributiva,

¹ Segundo Foley (2010), os seis países integrantes do GCC saíram da condição de comunidades pobres e isoladas para nações ricas e avançadas tecnologicamente durante as décadas de 1960 e 1970. Estudiosos veem esses Estados, que possuíam pequenas populações tribais e fortes monarquias, de maneira tão excepcional no sistema internacional que merecem uma linha teórica focada em compreender e explicar seu funcionamento.

pois em certo sentido, essa é uma das bases da política de representação construída ao longo da história no ocidente, e todos os países acabam desempenhando essa função com intensidades diferentes. No entanto, nos países que dependem de uma renda do exterior, a alocação é a única relação que o Estado precisa ter com a sua economia doméstica (LUCIANI, 1990).

A renda passa a ter uma função essencial na sustentação dos regimes autoritários em Estados rentistas. Isto acontece, pois segundo Beblawi (1987), o governo nesses países desempenha um papel crucial na economia, uma vez que a renda está nas mãos dele, pois a principal fonte de renda é um produto natural, na maioria dos casos o petróleo, e o governo é que possui o controle sobre a produção nacional, que só depois é distribuída para a população. Por isso, a população tenta organizar-se a fim de obter benefícios a partir de uma parte da renda, tornando a nacionalidade uma ferramenta de benefícios econômicos. Praticamente não há o recolhimento de impostos da população e por isso, os cidadãos são menos exigentes em termos de participação política. A história da democracia no ocidente teve suas origens em algum tipo de associação fiscal, *no taxation without representation*, mas no caso dos Estados rentistas, o Estado não precisa dos impostos dos cidadãos, tendo assim uma grande autonomia (BEBLAWI, 1987).

Os Estados rentistas tornaram-se distribuidores de favores e benefícios para a população, oferecendo sistemas de educação e saúde e por vezes, o financiamento de terras, ou mesmo doações. O nível de qualidade desses sistemas é geralmente bom, quando não excelente. Ao mesmo tempo, já que o Estado é o único que distribui favores para o setor privado, muitas vezes esses dois setores se misturam e podem ser frequentes as situações em que um setor promove o outro.

Outros olhares sobre o rentismo

A partir da década de 1990, diversos foram os autores que buscaram desenvolver a temática dos Estados rentistas e procuraram inserir novas variáveis à ela. Douglas Yates (1996) busca explicar a teoria do Estado rentista por meio das teorias de Mahdavy, Beblawi e Luciani, fazendo uma descrição do conceito e das diferenças entre as ideias dos três autores. Dentro da definição de Beblawi (1987), Yates (1996) ressalta o fato que somente alguns devem estar envolvidos na geração da renda, enquanto a maioria deve estar envolvida na distribuição e no consumo e, ainda, o governo deve ser o principal receptor dessa renda. Yates (1996) ainda afirma que, segundo Luciani (1990), a natureza, ou estrutura do Estado é menos relevante. Para ele, o fator essencial é que a renda externa libera o Estado da necessidade de recolher recursos da sua economia doméstica, e assim, a principal função do Estado rentista é a de gastar esses recursos (YATES, 1996)

As principais variáveis analisadas pelo autor são a economia e o surgimento de uma mentalidade rentista. Yates (1996) afirma que o conceito rentista é de certa forma difícil de ser descrito pelas teorias econômicas de Smith e Ricardo, e até de Marx. Segundo ele, o Estado rentista é um subconjunto da economia rentista e a natureza do Estado é examinada primeiramente pelo tamanho relativo da sua economia e pelas fontes e estruturas dessa renda. Ou seja, o fator econômico é predominante frente ao político. Contrariando a teoria de Ricardo, a renda tornou-se a causa e não o efeito do aumento do preço do petróleo (YATES, 1996).

Essas economias são muito dependentes da importação de bens de consumo, tanto industriais como de agricultura, pois a moeda valorizada favorece a importação, prejudicando a indústria e agricultura internas, já que a importação desses bens é mais vantajosa. Além disso, as indústrias bancadas pelo governo não tem qualidade nem eficiência para competir com o mercado externo. Assim, essas economias baseiam-se na exportação do petróleo e a produção, que é pequena, não compensa

ser taxada, uma vez que a criação de uma estrutura burocrática de taxaço é custosa (YATES, 1996).

Schwarz (2007) é outro autor que retrata o conceito de rentismo sob outra variável e utiliza a teoria de Relações Internacionais (RI) na sua análise sobre rentismo. O autor aponta para a importância da característica de Estado rentista na formação dos países do Oriente Médio. Sua principal ressalva é a de que as teorias de RI não olham as políticas internas dos países e que isso pode ser relevante para um melhor entendimento desses países. Para o autor, somente recentemente é que as teorias de RI passaram a se preocupar com as características internas dos Estados, como o fato de ser um Estado forte ou fraco, por exemplo. Porém, os Estados rentistas não se encaixam em nenhum desses perfis, pois são fortes na área de segurança e fracos na questão da representação e legitimidade (SCHWARZ, 2007).

Estados fortes são aqueles em que o poder da infraestrutura vem da habilidade de extrair capital social e recursos da população (SCHWARZ, 2007). Porém, nos Estados rentistas, apesar do autoritarismo e coerção, muitos são os elementos de fraqueza institucional, pois o Estado se limita a cooperar com os desafios criados pela globalização e o declínio econômico da era pós rentismo. A formação dos Estados no Oriente Médio, diferentemente da formação dos Estados europeus, resultou na criação de poucas burocracias estatais centralizadas, uma vez que a completa criação do Estado não pode ocorrer devido ao alto nível de penetração externa (SCHWARZ, 2007).

Segundo Schwarz (2007), o rentismo está ligado à emergência de Estados fracos de duas maneiras: primeiro, o alto nível de rentismo afeta negativamente a função de representação do Estado moderno e, segundo, um alto nível de rentismo afeta positivamente a função de prover bem-estar e renda aos cidadãos. O alto nível de renda e bem-estar nesses países levou à criação de um contrato social implícito que substitui os direitos políticos do Estado-providência (SCHWARZ, 2007).

Gray (2011) divide a teoria do Estado rentista em duas fases anteriores e destaca as fraquezas ou falhas de alguns estudiosos, que representam essas fases. Para ele, a teoria do Estado rentista busca explicar as relações entre Estado e sociedade em países que possuem uma fonte de renda não dependente da sociedade, e busca responder questões fundamentais sobre esses países exportadores de petróleo, para justificar o déficit de democracia da região, os obstáculos do desenvolvimento – encontrado em muitos deles – e a natureza das elites políticas e das amplas interações entre Estado e sociedade (GRAY, 2011).

A influência da globalização

Gray (2011) propõe que, devido às profundas mudanças na economia política dos países do GCC nos anos 1990 e 2000, uma nova fase deve ser aplicada a eles, considerando que a região do Golfo possui outras variáveis políticas que vão além das rendas. (GRAY, 2011). As reformas sociais e mudanças em tecnologia, a globalização, e outros fatores são importantes e estão impactando os Estados da região, independentemente do seu caráter rentista. No entanto, as rendas e rentismo são centrais para a compreensão tanto da natureza dos regimes do Golfo, a sua durabilidade, o seu comportamento, bem como da natureza de sua relação com a sociedade. Seu argumento é de que o rentismo continua sendo a teoria com mais utilidade e poder de persuasão para explicar a dinâmica política, mas não a estrutura econômica bastante detalhada. A teoria do Estado rentista como foi criada não é mais sofisticada ou adaptável o suficiente para a tarefa de compreender as barganhas rentistas que têm sustentado o poder no Golfo desde o início dos anos 2000 (GRAY, 2011).

Por outro lado, Laziri (2011) tenta apontar quais foram as mudanças ocorridas nos países do Golfo, desde o início dos protestos da Primavera Árabe, em uma abordagem mais superficial, entendendo que as reformas políticas são as mais necessárias, mas também são as mais difíceis de acontecerem. Cita "*no representation without taxation*" para justificar a manutenção das monarquias. Destaca que as reformas realizadas foram periféricas e que não resultarão em mudanças políticas estruturais tão cedo, acreditando na manutenção do conceito de Estado rentista (LAZIRI, 2011).

2. A Primavera Árabe

A onda de revoltas do mundo Árabe que tem como marco a autoimolação do jovem universitário tunisiano Mohamad Bouazizi, resultou na queda de ditadores em vários países. O processo não deve ser visto como terminado, uma vez que a instauração da democracia tende a perdurar por um longo período e ainda hoje temos conflitos ocorrendo na Síria e uma série de reformas sendo instauradas em outros países da região com o objetivo de conter novas revoltas.

Segundo Nasser (2011) as revoltas árabes são o resultado de condições históricas e sociais dos Estados rentistas, em que uma elite governante e dependente da renda do petróleo foi capaz de manter durante muito tempo grande parte da população em atividades econômicas informais e marginais. Vários são os fatores que resultaram no questionamento das estruturas de poder político e do modelo econômico vigente pelas diversas forças políticas e sociais (NASSER, 2011).

Dentre os principais fatores que favoreceram a eclosão das revoltas da Primavera Árabe, estão um governo autoritário que não foi capaz de atender as demandas de uma sociedade moderna; uma população jovem e qualificada que foi impedida de imigrar para países da Europa ou para os EUA; uma economia que não foi capaz de absorver essa mão de obra jovem e que é fortemente marcada pela baixa diversificação; e a intensificação da organização da "Rua Árabe".

Assim como em outros países da região, a sociedade da Líbia, Egito e Tunísia tornou-se, na última década, mais moderna do que o seu regime. Um fator chave na organização da revolução foi a surdez autocrática para este fato. Esta surdez refere-se à incapacidade estrutural dos regimes de ouvir as queixas dos seus povos ou para entendê-los um pouco além de ruídos, que podem ser dissipados com vantagens econômicas ou outros benefícios transitórios, e não como demandas por uma mudança política fundamental (BAMYEH, 2011).

As revoluções são sintomas de uma sociedade moderna estabelecida, fortificada pelo alto nível de educação, com diversas tecnologias de comunicação e populações jovens, que tiveram suas expectativas políticas e econômicas frustradas pela maneira antiquada e fechada do governo (BAMYEH, 2011). O desenvolvimento econômico da região na última década resultou numa expansão das populações e no surgimento de uma vasta população jovem. Devido a esse desenvolvimento, houve uma expansão nas redes de ensino que possibilitou o acesso à universidade para muitos desses jovens (CASSIDY, 2011). A crise econômica vivida pelos EUA e pela União Europeia dificultou a entrada de imigrantes nesses países. Assim, a imigração para países ocidentais desenvolvidos, que antes era a opção de muitos desses jovens, não era mais possível, fazendo com que suas escolhas se reduzissem a lutar ou sofrer. Estudos mostram que aqueles que emigram tendem a ser os mais ambiciosos, mais instruídos (dentro de sua classe) e mais tomadores de risco (PETRAS, 2011). Agora, os confinados a seu país de origem, com poucas ilusões de oportunidades no exterior, foram obrigados a lutar pela mobilidade individual no seu país através de ação social e política coletiva (PETRAS, 2011).

Além disso, outra causa imediata das revoltas diz respeito a uma economia pouco diversificada, baseada no controle estatal da renda. As oligarquias governantes dominam uma massa de jovens desempregados e subempregados, esse último corresponde a cerca de 50% a 65% da população com menos de 25 anos de idade (PETRAS, 2011). A dinâmica da economia rentista "moderna" não é capaz de incorporar os jovens recém-formados no mercado de trabalho, afastando-os para a economia informal, onde possuem baixa remuneração e são desprotegidos ao atuarem como vendedores, nos transportes, como trabalhadores contratados e em serviços pessoais. Os setores como o de petróleo, o imobiliário e de turismo dependem do apoio político e militar de líderes e por isso geralmente não "incorporaram" o modo de produção moderna (PETRAS, 2011).

A organização da rua árabe também pode ser apontada como um dos fatores que articularam as revoltas. O poder da "rua" – movimentos urbanos de massa – pressupõe a rua como local de ação social e política e encontro das organizações, ligadas às classes sociais envolvidas na atividade produtiva e o domínio de praças como o lugar para exercer o poder político e projetar demandas sociais. A juventude desempregada e subempregada no setor informal é encontrada nas praças, nos cafés, mercados e esquinas. A massa urbana não ocupa posições estratégicas no sistema econômico, mas está disponível para mobilizações de massa, capazes de paralisar as ruas e praças por meio dos quais os bens e serviços são transportados para o exterior e os lucros são realizados. Os movimentos são igualmente importantes, pois são a oportunidade para os profissionais oprimidos, funcionários públicos, pequenos empresários e os trabalhadores independentes, de se envolverem em protestos sem estarem sujeitos a represálias em seu local de trabalho - desfazendo o "fator medo" de perder o emprego (PETRAS, 2011).

É necessário, no entanto, notar que nem todos os autores concordam na existência de uma origem comum das revoluções. Anderson (2011) está entre os autores que não acreditam em uma completa interligação entre as revoltas da Primavera Árabe. Para a autora, deve-se olhar a série de manifestações individualmente, já que cada um dos países tem muitas especificidades que fazem com que essas revoltas não estejam amplamente conectadas. Na sua análise, a questão crucial é como e por que as ambições e técnicas das revoltas repercutiram em seus diversos contextos locais. Ela ainda nota que os padrões e dados demográficos dos protestos variaram muito, ressaltando a individualidade de cada revolução (ANDERSON, 2011).

A Primavera Árabe e o rentismo

A questão do rentismo é de grande influência para o surgimento das revoltas. Para Yates (1996) criou-se uma mentalidade rentista que contribui para que não haja incentivo nas classes sociais na busca pela democracia, pois além de dependerem economicamente do Estado, elas querem garantir seu *status-quo* (YATES, 1996). Tal mentalidade existe em uma sociedade em que o trabalho tem um valor criado pela economia, sendo diferente das outras economias modernas. Isso implica numa quebra da causalidade trabalho-recompensa, uma vez que a renda passa a ser um fato isolado, vista como acidental ou resultante de uma situação (BEBLAWI, 1987). No entanto, uma vez que não existam mais recursos a serem alocados, ou seja, o Estado deixar de cumprir o seu papel no contrato social implícito, abre-se uma lacuna para o questionamento do governo pela população (SCHWARZ, 2007).

Dessa forma, pode-se argumentar que a questão da economia informal e marginalizada, assim como o fracasso na redistribuição direta das rendas, foram cruciais para a mobilização da sociedade em busca de mudanças. A globalização e as novas tecnologias, como redes sociais, telefones celulares e canais de vídeos na internet foram ferramentas que contribuíram para a disseminação dos ideais e

favoreceram a aderência de uma maior parte da população nas revoluções (TAVARES, 2012).

Nota-se que as revoluções da Primavera Árabe tiveram mais força e expressão nos regimes presidencialistas autoritários do que nas monarquias da região. Sob essa perspectiva, Keyman (2012) busca responder se as monarquias árabes são mais capazes de superar as revoltas causadas pela Primavera Árabe do que os regimes presidencialistas autoritários dos países vizinhos. Ela apresenta algumas vantagens dos regimes monárquicos, como o fato do governo não pretender ser democrático, além da melhor estrutura das monarquias e também a existência do *Gulf Cooperation Council* (GCC) como organização para coordenação de políticas, bastante acionada durante as revoltas para evitar a disseminação na região, entre outras. Dessa forma, conclui que as monarquias são mais bem estruturadas para sobreviver à revoltas como as da Primavera Árabe do que os regimes presidencialistas da região (KEYMAN, 2012).

Nos principais países que foram palco das revoluções, pode-se buscar uma ligação entre o nível de rentismo desses Estados e a tendência de sofrerem com as revoluções. Jenkis *et al* (2011) buscam analisar o nível de rentismo de diferentes países do Oriente Médio e Norte da África e, através de estatísticas e gráficos, notam que os países do Golfo, com exceção do Bahrain são rentistas, enquanto no Norte da África, a Líbia é o país que se destaca dentro da classificação. Os autores apontam para a diferença de governança nos diferentes níveis de rentismo e concluem afirmando que as manifestações da Primavera Árabe ocorreram naqueles países com menor índice de dependência da renda externa (JENKIS *et al*, 2011).

3. Como compreender as revoluções na Líbia?

De acordo com as conclusões de Jenkis *et al* (2011), a Líbia teoricamente não se encaixaria nos países com maior propensão à revolução, pois a renda proveniente do petróleo faz com que o país seja considerado um Estado rentista. No entanto, as revoltas na Líbia foram as mais longas e violentas, resultando na queda do regime do coronel Kadafi, que estava no poder há 42 anos (1969-2011), muito mais tempo do que qualquer governante dos países vizinhos. O regime do coronel Kadafi surgiu em um golpe de Estado em 1969, e foi conduzido por militares de classe média baixa, de todas as três regiões da Líbia, com o apoio de uma população em grande parte rural. Apesar de ser anticolonialista, anticomunista, defender o nacionalismo árabe e a identidade cultural islâmica, o novo governo não tinha uma agenda política claramente delineada (AHMIDA, 2011). A seguir, serão apresentados alguns fatores que possam ter contribuído para o desencadear das revoltas.

Figura 1. Mapa da Líbia.



Fonte: www.jornal.ceiri.com.br.

Tribalismo

Alguns autores apontam a questão do tribalismo na Líbia como um fator relevante, pois o país possui um histórico de fragilidade política e institucional resultado da questão tribal. Essa tendência data principalmente do período da dominação otomana. O império controlava a região central de Trípoli, enquanto governos regionais controlavam as regiões periféricas. As regiões ainda mais afastadas de Trípoli não reconheciam a dominação otomana e se negavam a pagar os impostos. A colonização italiana do início do século XX acabou contribuindo ainda mais para a fragmentação do país no período de 1911-1942. De 1942 até o golpe de Kadafi em 1969, a população tribal não urbana e a urbana com passado rural dominou constantemente o centro do poder na Líbia. Para os autores, outra questão fundamental é o histórico de dominação dos centros de poder pelas periferias. Sendo assim, somente através da centralização do poder e da construção de instituições fortes é que a Líbia será capaz de alcançar a segurança necessária para reorganizar sua política e economia (PACK; BARFI, 2012).

No entanto, outros argumentam que o tribalismo não deve ser encarado como um fator chave das revoltas. Quando Kadafi conquistou o país em 1969, a Líbia estava em processo de transformação para o Estado moderno, com infraestruturas econômicas e educacionais lentamente tomando forma. No entanto, a relativa curta vida do período pré-Kadafi, não possibilitou a construção de instituições estatais fortes, fato que acabaria por fazer o plano de substituir estas instituições com redes mafiosas, uma tarefa relativamente fácil para o general. Neste contexto, o golpe de Kadafi se assemelha a conquista de um castelo abandonado, que mais tarde seria transformado em um instrumento formidável de patronagem e medo. Isto seria realizado através da transformação do próprio Estado em uma "rede de proteção", segundo Fred Halliday (BAMYEH, 2011).

De acordo com Bamyeh (2011), logo após o início das revoltas, várias tribos líbias emitiram declarações sobre a situação da Líbia e ao expressarem seus interesses, a grande maioria destacou a unidade nacional ou a salvação nacional ao invés dos interesses tribais. Esses discursos entre os membros tribais durante as revoltas tornaram-se outro veículo para expressar o patriotismo líbio e articular um senso de responsabilidade nacional. Além disso, segundo o autor, as tribos da Líbia não são entidades homogêneas, mas são compostas por diversos membros com diferentes origens sociais e econômicas. Essa realidade reflete a natureza da sociedade líbia como um todo, com uma população urbana de 90% em que intercassamentos em todas as linhas tribais são comuns (BAMYEH, 2011). Kadafi lutou contra essa realidade tribal

histórica e dinâmica, na tentativa de construir um Estado sobre um modelo de estrutura tribal. A concepção de tribo adotada pelo Estado consistia em um poder executivo concentrado, livre de apoio popular, nas mãos de alguns indivíduos, que viriam a constituir a família governante (BAMYEH, 2011).

O Estado criado por Kadafi

A Líbia, por ser considerado um Estado rentista tende a apresentar uma característica particular para esses países: a abundância de recursos externos permite a provisão de riqueza e a aquisição de segurança, em detrimento da representação. Deve-se levar em consideração, nos Estados rentistas, a natureza informal das políticas e a existência de somente instituições informais (SCHWARZ, 2007). Essa tendência justifica o fato do regime de Kadafi ter evitado deliberadamente construir instituições políticas. Kadafi, apesar do seu comportamento questionável regado de desequilíbrio mental, permaneceu no poder por 42 anos. Grande parte dos autores concorda que a falta de institucionalização líbia favoreceu a permanência do general. Para Bamyeh (2011), a sociedade líbia, pode ser organizada em torno de várias associações de fora do Estado, incluindo redes tribais, ordens sufis, sindicatos e partidos políticos nacionalistas, além de ter sido bastante dependente de ajuda externa até a descoberta de petróleo, alguns anos antes do golpe de Kadafi. Dessa forma, pode-se afirmar que a coesão social do Estado líbio se apoiou quase que exclusivamente em torno da monarquia, a nova instituição pós-independência, que não possuía raízes profundas na história política ou social da Líbia, possibilitando tantos anos de governo (BAMYEH, 2011).

Outra peculiaridade do regime de Kadafi era a natureza anti-institucional do regime, onde o controle era ao mesmo tempo rigoroso e informal, uma vez que o general renuncia em 1978 à função de secretário-geral do Congresso Geral do Povo e assume a função de "guia da revolução", sem mandato definido. Assim, o ditador não possuía posição política oficial – e, portanto, nada a partir do qual demitir-se – mas gozava de uma "autoridade moral" sobre a nação. Apesar de não desfrutar de nenhuma autoridade moral, um status semelhante foi concedido a Saif al-Islam, o mais promissor dos sete filhos de Kadafi e seu herdeiro. Apesar da falta de um cargo no governo, Saif al-Islam representava regularmente o regime e falava em seu nome. Além disso, Kadafi chegou ao poder apoiado por um núcleo de oficiais militares socialmente marginalizados, usando a riqueza do Estado para tomar medidas inovadoras e destruidoras para solidificar seu poder, fatores esses, indisponíveis para outros líderes árabes (BAMYEH, 2011).

A economia líbia

As rendas provenientes do petróleo fazem da economia líbia uma economia rentista. Por essa razão, segundo Zaptia (2013) enquanto grande parte das revoltas da Primavera Árabe buscava direitos econômicos e dignidade; na Líbia elas foram movidas em parte pela distribuição econômica e direitos: especificamente direito à riqueza do petróleo gerado na Líbia (ZAPTIA, 2013).

A Líbia tem uma população estimada de 6,4 milhões de pessoas e um volume de produção de petróleo de 1,5 milhões de barris/dia. Estima-se que o país tem mais de 40 bilhões de barris de petróleo em reservas, o equivalente a cerca de 70 anos de produção. Segundo o FMI, as exportações de hidrocarbonetos do país em 2013 somarão uma renda de cerca de US\$ 63.2 bilhões. Já em reservas oficiais brutas o FMI prevê U\$ 42,3 bilhões – o equivalente a 39 meses de exportações (ZAPTIA, 2013). Em outras palavras, a questão central da Líbia não é a falta de recursos, mas sim como administrar e onde investir toda essa renda. Além disso, o país não possui uma dívida externa de longo prazo e, antes das revoltas gozava de classificações de investimento de crédito internacionais de agências como a *S & P* e *Moody's* (ZAPTIA, 2013).

Segundo Zaptia (2013), apesar dos bons índices de produção de petróleo e renda, a Líbia sofreu décadas de sub-investimento, má gestão, corrupção e centralização. Por isso, seu mercado está ansioso por investimentos e concorrência. Para isso, deve-se implementar uma política de diversificação econômica, uma vez que o país não produz bens industrializados para consumo próprio e, muito menos para exportação. Além disso, será necessário um encolhimento do setor público para que o setor privado possa operar sem distorções (ZAPTIA, 2013).

A intervenção externa

A relação do governo de Kadafi com os países ocidentais passou por momentos de ruptura durante cerca de duas décadas a partir dos anos 1980. Nos anos 1970, o país promove a nacionalização de três companhias petrolíferas norte-americanas, além de o ditador assinar, em 1974, acordos para o fornecimento de armas pela União Soviética à Líbia, causando certo incômodo aos EUA. Em 1979 o país é incluído no rol de Estados que apoiam terroristas e nos próximos anos surgem inúmeras situações de desconforto como os aviões líbios que foram derrubados pelos EUA no Golfo de Sirte (VANDEWALLE, 2012).

Nos anos 1980 os desconfortos aumentam e após uma série de atentados na Europa, em 1986, os líderes do G7 apontam a Líbia como protagonista do terrorismo internacional. O regime é acusado de financiar movimentos terroristas, golpistas e partidos de oposição em diferentes partes do mundo. Após um atentado terrorista em Lockerbie, Escócia, com mais de 200 vítimas, dois agentes líbios foram indiciados pelo atentado e Kadafi recusou-se a extraditá-los, levando à ONU a aplicar sanções econômicas internacionais e embargo aéreo e militar à Líbia (*Disponível em [www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748\(1992\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748(1992))).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, Kadafi diz-se engajado na luta contra o terrorismo. Em 2003, o regime anuncia o fim do seu programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, iniciando a remissão internacional do regime e o fim das sanções aplicadas pela ONU. Na sequência, em 2004, o ditador visita Bruxelas, em sua primeira visita internacional à União Europeia em quinze anos. Em 2005 são anunciadas medidas de liberalização econômica no país, com o retorno das companhias petrolíferas estrangeiras à Líbia. Em 2006, têm-se o restabelecimento completo das relações diplomáticas entre Trípoli e Washington (VANDEWALLE, 2012).

O restabelecimento das relações entre a Líbia e as potências ocidentais, podem ter favorecido o fato do país ter sido o único a sofrer intervenções externas no contexto das revoltas da Primavera Árabe, outro fator que difere as revoltas na Líbia das outras. A intervenção externa apoiou o Conselho Nacional de Transição (CNT), facilitou a captura de Kadafi e a queda do regime. O país contou com a ajuda militar da OTAN e principalmente com o apoio de países da região como Catar e Emirados Árabes Unidos (EAU).

O apoio do Catar e EAU foi fundamental, uma vez que os países armaram os rebeldes e os treinaram no território do Catar. O governo do Catar foi o primeiro a reconhecer a legitimidade do governo do CNT, uma vez que o país busca exercer uma liderança regional. Esse apoio de ambos os países se deu devido ao grande número de investimentos existentes desses governos na Líbia, além dos laços de identificação e afinidade dos sheiks com o povo líbio (PACK; BARFI, 2012).

Já com relação ao apoio das potências ocidentais, todos os bens de Kadafi no exterior foram congelados e o maior expoente das sanções impostas pelas Nações Unidas ao regime foi a Resolução 1973 do Conselho de Segurança instaurando uma zona de exclusão aérea na Líbia e autorizando todas as medidas necessárias para proteger populações civis.

(*Disponível em: [www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973\(2011\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973(2011))).

Segundo Pack e Barfi (2012) pode-se enumerar algumas justificativas para a intervenção da Europa e EUA na Líbia. Primeiramente, a indústria do petróleo é um fator econômico de destaque, uma vez que o país necessita de estabilidade política para continuar produzindo; outro fator é a postura contraterrorista desses países, pois no caso de um prolongamento dos conflitos, a Líbia poderia tornar-se um Estado falido, desestabilizando a região. Outro fator é a localização geoestratégica, uma vez que a Líbia é uma plataforma efetiva de projeção para o Egito, a região do mar Mediterrâneo e a o resto da África. Os autores apontam ainda para um *status* de precedente da Primavera Árabe, que poderia servir de exemplo em outros países e dissipar ainda mais os conflitos. Um último fator seria o papel desses países, principalmente dos EUA, num paradigma para a cooperação internacional em áreas pós-conflito, algo que já está sendo realizado por esses países na região (PACK; BARFI, 2012).

A revolução

A completa desconexão entre o Estado e a sociedade permitiu à revolução na Líbia ter sido a primeira das revoluções árabes atuais em que um governo de oposição foi formado antes do término da revolução. Isso se deve a, já mencionada surdez autocrática, em que a violência estatal desenfreada acabou exigindo que os funcionários do governo se juntassem à revolução. Porém, isso resultou numa falta de parceiros de confiança da revolução dentro do governo, que, como foi o caso em outras revoltas árabes, pode ter facilitado a condução de um período de transição. Por outro lado, a deserção de um grande número de funcionários públicos de alto escalão, forneceu à revolta um corpo politicamente experiente que teve grande importância no desenvolvimento de instituições para apoiar a revolução, ao mesmo tempo em que o sucesso da oposição em partes já libertas do território líbio criou a necessidade de uma estrutura de governo, para executar e gerenciar essas áreas (BAMYEH, 2011).

A peculiaridade principal das revoltas na Líbia está no fato da revolução que melhor se desenvolveu institucionalmente ter emergido a partir de um Estado com a menor quantidade de estruturas institucionais. Esse foi um grande exemplo de organização tribal, em meio à resistência espontânea e alheia à violência do Estado, desmentindo as queixas ocidentais sobre a alegada "ausência da sociedade civil" na Líbia. Dessa forma, nota-se que, a partir das mais desesperadas circunstâncias, a revolta líbia, entre todas as revoluções árabes, foi, até agora, a que obteve maior avanço (BAMYEH, 2011).

Novo governo e desafios

A Líbia foi um dos países que melhor se reorganizou após as revoltas da Primavera Árabe e em 2012, o Conselho Nacional de Transição (CNT) promoveu eleições democráticas livres no país pela primeira vez desde 1969. Nesse pleito foram eleitos os 200 legisladores que irão compor o Conselho Nacional Geral (CNG), o principal órgão legislativo, que substituirá o CNT. Das 200 cadeiras, 120 estavam reservadas para candidatos independentes e 80 para os membros dos mais de 200 partidos concorrentes. Nas eleições de 2012, a Aliança das Forças Nacionais (AFN), liderada pelo ex-primeiro-ministro interino, Mahmoud Jibril, ganhou 39 dos 80 assentos reservados para os partidos políticos. A AFN é uma coalizão política criada alguns meses após a queda de Kadafi, em fevereiro de 2012. Ela inclui 58 entidades políticas, 236 ONGs e mais de 280 políticos independentes (GRANT, 2012).

Já o Partido da Irmandade Muçulmana conquistou 17 dos 80 assentos. Na Líbia, diferentemente do ocorrido em outros países que foram palco de revoltas, a AFN, coalizão vencedora, possui predominantemente, uma tendência ideológica liberal.

Ela defende "movimentos liberais dentro de um islã moderado" e um "estado civil e democrático" (GRANT, 2012). Já países como o Egito e a Tunísia elegeram partidos islâmicos.

No entanto, pode-se afirmar que a situação política no país ainda é instável. O CNT elegeu Mustafa Abushagur para Primeiro Ministro Interino, mas o político só permaneceu no cargo por 25 dias pois, segundo alguns parlamentares, ele não apresentou uma pauta de gabinete suficientemente diversificada, além de ter envolvido muitos indivíduos desconhecidos para postos-chave e também muitas pessoas do governo interino anterior, que foi visto por alguns líbios como fraco e corrupto. Assim, o Conselho elegeu Ali Zidan para o cargo que deverá durar 20 meses, até as próximas eleições e a criação de uma nova constituição (PACK; COOK, 2012).

A prioridade de Ali Zidan será nomear um novo governo que o Congresso aprove, além da tarefa de desarmar os milhares de jovens que lutaram durante oito meses contra o regime de Kadafi. Os ministros serão pressionados a restabelecer o fornecimento dos serviços básicos, além de restaurar a segurança através da criação de uma força militar e policial capaz de afirmar a autoridade sobre as milícias díspares que sobraram das revoltas. Uma dessas milícias, um grupo radical islâmico que agora afirma ter se dissolvido, foi associado ao ataque ao consulado dos EUA em Benghazi, em setembro de 2012, que resultou na morte do embaixador americano e outras três pessoas (PACK; COOK, 2012).

4. Conclusão

O conceito de Estado rentista pode ser encarado nos dias de hoje como ultrapassado, afinal muitas são as novas variáveis que influenciam uma economia, diferentemente dos anos 1980, quando o conceito foi criado. Contudo, apesar de criticado e ultrapassado, o conceito ainda pode ser visto como relevante, pois as ideias da libertação do Estado da necessidade de recolher recursos, assim como a existência de um contrato social implícito entre elites que conseguiram segurar uma grande parte da população em atividades informais e marginais e a baixa diversificação da economia são características marcantes nas economias do Golfo Pérsico até hoje.

No entanto, nota-se a influência de novas variáveis nas economias rentistas. Diversos países do Golfo Pérsico instauraram adaptações às suas políticas econômicas para garantirem a continuidade de suas rendas, mesmo com a diminuição da produção de petróleo. Nesse aspecto, a influência da globalização permitiu a esses países diversificarem suas rendas através de investimentos externos, criações de companhias aéreas, agências de notícias, times de futebol europeus, etc. Por isso, pode-se afirmar que apesar da tendência de redução de produção do petróleo, esses países não devem ser afetados por movimentos democráticos num futuro próximo, devido à manutenção das suas posições econômicas.

Com relação às revoltas da Primavera Árabe, destaca-se a importância da "rua árabe" e seus movimentos urbanos de massa nas revoltas, assim como a explícita surdez autocrática também favoreceu a mobilização social na busca por melhores condições. O conceito de rentismo que implica na existência de um contrato social implícito entre as elites e o Estado acabou sendo rompido, pois quando o Estado deixar de cumprir o seu papel no contrato social, abre-se uma lacuna para o questionamento do governo pela população, como o ocorrido nas revoltas.

Em uma perspectiva futura, os governos que forem capazes de promover o desenvolvimento econômico, mantendo-se alertas com relação às demandas imediatas da população, devem manter-se no poder. Nota-se que os países do GCC passaram a promover medidas políticas para conter as revoluções em seus territórios logo após o

início das revoltas na Tunísia. A ação em conjunto desses países até o momento surtiu resultado, uma vez que esses regimes permanecem sólidos.

Já o futuro da Líbia, apesar de incerto, é de certa forma otimista. As rendas do petróleo mostram que o dinheiro está na Líbia, ele só precisa ser bem investido e distribuído para a população. Além disso, o país já realizou eleições democráticas em 2012 e apesar do longo histórico de autoritarismo, aparenta caminhar para a instauração de um governo democrático legítimo. Outra vantagem está no fato da revolução ter se desenvolvido institucionalmente, mesmo com a pouca institucionalização do país, que antes mesmo da queda do regime já havia um governo de oposição formado e reconhecido pela comunidade internacional.

Uma preocupação é a juventude armada líbia e seus enormes equívocos sobre o significado de democracia. O país tem uma juventude armada que acredita poder utilizar suas armas para conquistar tudo o que quer, pois já viram que essa alternativa funciona. A questão principal na Líbia é a atualização da sua força de trabalho através da oferta de educação. Será necessário o investimento em uma mudança de mentalidade, para que as pessoas passem a pensar no que podem fazer pela Líbia, ao invés do que a Líbia pode fazer por elas. Essa é uma das principais mudanças e a que provavelmente levará mais tempo para ocorrer.

Referências

AHMIDA, A. A. Why Qaddafi has already lost. *The New York Times*, New York, 16 Mar. 2011.

ANDERSON L. Demystifying the Arab Spring. **Foreign Affairs**, May/June 2011.

BAMYEH, M. B. Is the Libyan revolution an exception? 22 Mar. 2011. Disponível em: <<http://muftah.org/?p=956>>.

BEBLAWI, H. The Rentier State in the Arab World. In: BEBLAWI, H.; LUCIANI, G. (Ed.). **The Rentier State**. Nova York: Croom Helm, 1987. p. 49-62.

CASSIDY, J. The economies of the Arab world lag behind the West. Is Islam to blame? **The New Yorker**, New York, v. 87, n. 2, p.32-37, 28 fev. 2011.

FOLEY, S. **The Arab Gulf States: Beyond Oil and Islam**. Boulder: Lynne Rienner, 2010.

GRANT, G. **Party Profile: The National Forces Alliance**. Disponível em: <<http://www.libyaherald.com/2012/07/01/party-profile-the-national-forces-alliance/>> Acesso em: 01 junho 2013.

GRAY, M. A Theory of "Late Rentierism" in the Arab States of the Gulf. **Occasional Paper**, Doha, n. 7, p.1-50, 2011.

HALLIDAY, F. Crises of the Middle East: 1914, 1967, 2003. **Open Democracy**. 15 June 2007.

JENKIS, J. C. et al. International Rentierism in the Middle East and North Africa, 1971-2008. **International Area Studies Review**, Ohio State University, p. 3-31. set. 2011.

KEYMAN, A. **The Resilience of Arab Spring Monarchies**. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2012/04/02/the-resilience-of-arab-monarchies-in-the-arab-spring/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

LAZIRI, M. The Rentier States Model: What has changed? **Middle Eastern Politics**, New York, n. , p.1-12, 2011.

LUCIANI, G. Allocation vs. Production States: A theoretical framework. In: LUCIANI, G. (Ed.). **The Arab State**. Berkeley: University Of California Press, 1990. p. 30-65.

MAHDAVY, H. The Patterns and Problems of Economic Development in Rentier States: The Case of Iran. In: COOK, M. A. (Ed.). **Studies in the Economic History of the Middle East**. London: Oxford University Press, 1970. p. 428-467.

NASSER, R. M. Turbulências no Mundo Árabe: Rumo a uma nova ordem? **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 3, n. 2, p.141-167, ago. 2011.

OWEN, E. R. One Hundred Years of Middle Eastern Oil. **Middle East Brief**, Waltham, n. 24, p.1-8, jan. 2008.

PACK, J; BARFI, B. In War's Wake: The Struggle for Post-Qadhafi Libya. **Policy Focus**, Washington, n. 118, p.1-38, fev. 2012.

PACK, J; COOK, H. **Finally an elected Libyan cabinet, but is it fearsome enough to govern?** Disponível em: <www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/11/2012116134542488220.html> Acesso em: 01 junho 2013.

PETRAS, J. Roots of Arab revolts and premature celebrations. *Dissident Voice*, 3 Mar. 2011.

ROSS, M. L. Does Oil Hinder Democracy? **World Politics**, Cambridge, v. 53, n. 3, p.325-361, abr. 2001.

SCHWARZ, R. Rentier States and International Relations Theory. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL RELATIONS, ECPR STANDING GROUP ON INTERNATIONAL RELATIONS, n. 6., 2007, Turin, European. Geneva: Graduate Institute Of International Studies, 12-15 Sept. 2007.

TAVARES, Viviane. **O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011:** Implicações para a Ordem Internacional. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

VANDEWALLE, D. **A History of Modern Lybia**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

YATES, D. A. The Theory of the Rentier State. In: YATES, D. A. **The Rentier State in Africa:** Oil Rent dependency and neocolonialism in the Republic of Gabon. Trenton: Africa World Press, 1996. p. 11-40.

ZAPTIA, S. **Learning from Tunisian and Egyptian Arab Spring experiences – part three: Economics.** Disponível em: <www.libyaherald.com/2013/04/06/learning-from-tunisian-and-egyptian-arab-spring-experiences-part-three-economics/>. Acesso em: 15 maio 2013.

Recebido em 30/10/2015 e Aceito em 3/2/2016.